

É PRECISO LIBERTAR OS CTT DA RUINOSA GESTÃO PRIVADA!

A Administração dos CTT tornou público mais um pacote de medidas destinadas a garantir a distribuição de chorudos dividendos aos seus accionistas. Medidas que são consequência de um criminoso processo de privatização que o Governo PSD/CDS culminou, após longos anos de uma preparação que contou com o envolvimento do PS.

Anunciam o despedimento de mais trabalhadores (800), a venda de mais património e o encerramento de mais estações e postos. Este pacote soma-se ao que estava já em curso, com a tentativa de despedimento de outros 340 trabalhadores na sequência de uma previsão de lucros para 2017 de «apenas» 19 milhões de euros.

Estamos a assistir ao aprofundar do caminho desastroso aberto com a privatização dos CTT, com os grupos económicos que hoje controlam a empresa a descapitalizá-la, a alienar património, a degradar o serviço a níveis escandalosos.

Um caminho que já implicou: um aumento de 47% na tarifa do correio normal desde a privatização; que entre 2009 e 2016 tenham encerrado 564 estações e postos de correios; que largas centenas de postos de trabalho tenham já sido destruídos; que o correio demore hoje mais tempo a chegar ao destino do que demorava há trinta anos; que património tenha sido vendido para suportar o pagamento de dividendos acima do resultado líquido da empresa (como aconteceu com a recente venda do Palácio da Rua de São José por 23 milhões de euros ou com a sede do Porto, vendida e alugada ainda no tempo de Manuela Ferreira Leite, e que agora é alienada definitivamente para construir mais um hotel).

A Administração dos CTT invoca as quebras na circulação do correio postal para justificar um salto qualitativo no saque à empresa e aos trabalhadores, quando já hoje o serviço público é uma sombra do que foi.

O ESTADO DOS CTT PRIVATIZADOS !



**Aumento de 47% nas tarifas
Encerrados 564 (+21) Postos e Estações
Correio mais lento que há 30 anos
Centenas de trabalhadores a menos**

O correio chega cada vez a menos pessoas, cada vez mais tarde e cada vez mais caro. E o problema não está no correio electrónico, que a empresa aliás nunca “quis” desenvolver. Nem no número de trabalhadores, que são muito menos do que aqueles que seriam necessários.

O problema dos CTT está na incompatibilidade entre o papel estratégico do serviço público que está obrigado a prestar e o objectivo único dos grupos económicos: os seus lucros. Os objectivos da administração dos CTT são claros e o Governo não pode mostrar desconhecimento sobre a dimensão desta ofensiva. A serem concretizadas as intenções dos grupos monopolistas, o serviço público postal universal desaparecerá como tal e a destruição da empresa deixará de ser apenas uma possibilidade.

O Governo detém todos os instrumentos necessários para travar a concretização deste plano, e é claro para o PCP que o deve fazer.



**Ou ganham meia dúzia de grandes accionistas,
ou ganham os trabalhadores, os utentes e a soberania nacional.
A escolha deveria ser simples!**

Cresce a indignação nacional contra esta privatização, e multiplicam-se as vozes que exigem a imediata reversão da privatização dos CTT, condição necessária para preservar e reconstruir o serviço público postal universal.

Apesar disso, no passado dia 15 de Dezembro, uma proposta do PCP visando a recuperação do controlo público, foi chumbada na Assembleia da República por PS, PSD e CDS, tendo a Assembleia (com os votos de PS, PCP e BE) mandatado o Governo para realizar uma urgente «avaliação e estudo das opções quanto ao contrato de concessão», e das «alternativas, de outra natureza, que se colocam».

Para o PCP, essa avaliação terá que ser urgente e abrangente, incluindo sobre a natureza da propriedade dos CTT. Os custos que o País está a suportar com esta privatização reclamam uma avaliação profunda sobre todas as consequências da continuação deste processo, bem como, a identificação das opções e passos a dar visando a recuperação do controlo público da empresa. E não basta o resgate da concessão do serviço público, como diz o BE. Pois se os accionistas podem prescindir da concessão já o Estado não pode prescindir da empresa para garantir o serviço público, o que exclui também, qualquer opção de entregar a concessão a outro grupo económico privado.

Atrasar, empatar, ludibriar a questão de fundo que é a decisão sobre o controlo da empresa, é estar conivente com os interesses do grande capital. É essa a opção que o Governo PS terá de fazer.



Da parte do PCP, que há precisamente um ano já confrontara o Governo, pela voz do seu Secretário-geral, sobre a degradação dos Correios, a defesa dos CTT não é um episódio na sua intervenção, é um compromisso que prosseguirá e que se assume também na solidariedade com a luta dos trabalhadores e com a luta dos utentes. Uma luta que deve ser intensificada, numa afirmação de confiança na possibilidade de libertar os CTT da gestão privada e de **retomar o serviço postal público e universal de qualidade que os CTT sempre prestaram enquanto empresa pública.**



A presença de Jerónimo de Sousa no piquete de greve do passado dia 20 de Dezembro foi a expressão da solidariedade do PCP com a luta dos trabalhadores dos CTT e da sua confiança de que, com a luta dos trabalhadores, os CTT têm futuro como grande e estratégica empresa do Sector Empresarial do Estado.



Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados que nos permitirão contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:

Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa

Junta-te a nós!
Luta e resiste com o PCP

pcp.pt

DEP/PCP Jan. 2018